



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 370/02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE: 13.08.2002

PROCESSO Nº 1/2382/00

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200008622

RECORRENTE: DIANCAL – Dist. de Prod. Alimentícios Cariri Ltda.

RECORRIDO: Célula de Julgamento de 1ª Instância

CONSELHEIRO RELATOR: Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos

EMENTA: ICMS. Omissão de saídas apurada mediante Sistema de Levantamento de Estoque. Penalidade do art. 878, III, 'b' do Dec. 24.569/97. Ação fiscal procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO:

Acusação de omissão de saídas no valor de R\$ 234.619,82 no exercício 1998. Infringência aos arts. 127, I; 169, 174 e 177 do Dec. 24.569/97. Penalidade a prevista no art. 878, III, "b" do mesmo decreto.

Processo instruído com Informações Complementares, Ordem de Serviço, Termos de Início, Prorrogação e Conclusão de Fiscalização, cópia do Livro Registro de Inventário, Relatórios de Entradas e Saídas por Documento e Relatório Totalizador Anual.

Impugnação às fls. 147 a 153, onde a Autuada alega preliminares, como cerceamento do direito de defesa, quebra do princípio da espontaneidade e descumprimento de formalidades do AI. No mérito, argüi que só opera com licitações para o poder público, não havendo necessidade de omissão de saídas, posto que só compra o que está previsto na licitação. E junta documentos constitutivos da sociedade.

O julgamento de 1ª Instância é pela total procedência da ação fiscal, condenando a Autuada ao pagamento de imposto mais multa.

Regularmente intimada da decisão condenatória, conforme AR de fl. 171, e inconformada com o entendimento do juízo monocrático, interpõe recurso ao CRT, invocando preliminar de nulidade por quebra do princípio do contraditório. E no mérito limita-se a **impugnar todas as alegativas apresentadas nos presentes autos (sic).**

A Procuradoria Geral do Estado adota o parecer da Consultoria Tributária, que rebate um a um os argumentos recursais da Autuada, findando por concordar com o julgamento singular.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR:

Versam os autos sobre acusação de omissão de saídas por parte da Autuada, apurada mediante análise do Sistema de Levantamento de Estoque realizado pelo Fisco, cujos resultados encontram-se no Relatório Totalizador de fls. 126/142.

Da análise dos documentos acusatórios, quando confrontados com os argumentos defensórios da Autuada, deduz-se que assiste razão ao julgamento singular, razão pela qual não vejo necessidade de reforma do mesmo.

As preliminares de nulidade suscitadas pela Autuada não podem prosperar, posto que desprovidas de fundamentação. Senão vejamos:

Não houve cerceamento do direito de defesa, vez que a Autuada foi intimada de todos os atos do feito, consoante se vê nos termos de início, prorrogação e conclusão de fiscalização, bem como nos AR's de fls. 145 e 171.


Também não houve quebra do princípio da espontaneidade, posto que o § único do art. 138 do Código Tributário Nacional não considera espontânea a denúncia apresentada após o início da fiscalização. Ademais, através do Termo de Início de Fiscalização de fl. 05, foi a Autuada intimada pelos agentes autuantes a apresentar os documentos dentro do prazo legal. Se ela se sente prejudicada pelo não esclarecimento de supostos fatos argüidos em sua defesa, deveria tê-lo feito quando da realização dos trabalhos fiscalizatórios.

No que tange à alegada infringência ao art. 962, § 2º do Dec. 6.284/97, supostamente cometida pelos agentes autuantes, escuso-me de manifestar-me, por tratar-se de legislação estranha ao nosso ordenamento jurídico estadual, sem validade ou eficácia nesta Unidade da Federação.

No mérito, nada trouxe a Autuada que desse combate à acusação inicial. Mesmo o fato de somente adquirir mercadoria para fins de licitações públicas não convence. Primeiro porque não trouxe a Recorrente nenhum documento neste sentido. Segundo porque a cláusula sexta do contrato social, de fl. 155, prevê atividades comerciais atacadista e varejista. E mesmo que assim o fôra, não afasta os fatos apurados pelo SLE.

Ademais, caracterizada está a infração cometida pela Autuada e apontada no AI, apurada que foi através do Sistema de Levantamento de Estoque da SEFAZ, não eficazmente combatido pela empresa infratora, razão pela qual não merece qualquer reparo a decisão vergastada.

Destarte, voto para que se conheça do recurso voluntário, porém seja negado provimento ao mesmo, devendo ser confirmada a decisão condenatória exarada em 1ª instância.

É o voto. 

DECISÃO:

Vistos, discutidos e analisados os presentes autos, em que é Recorrente DIANCAL – Distribuidora de Produtos Alimentícios Cariri Ltda., e Recorrido Célula de Julgamento de 1ª Instância, resolvem os membros da 2ª Câmara, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade argüida pela Recorrente. No mérito, também por unanimidade de votos, resolvem conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, de acordo com o parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 16 de setembro de 2002.

Nabor Barbosa Meira
PRESIDENTE

Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos
CONSELHEIRO RELATOR

Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO

José Mirtônio Colares de Melo
CONSELHEIRO

Affonso Taboza Pereira
CONSELHEIRO

PRESENTES:

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO

Eliane Resplande Figueiredo de Sá
CONSELHEIRA

Eliane Maria de Souza Matias
CONSELHEIRA

Benoni Vieira da Silva
CONSELHEIRO

Antônio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO